

UNIVERSIDADE PARA QUÊ E PARA QUEM? UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS DISCURSOS INSTITUCIONAIS

Elisângela de Jesus Furtado da Silva¹

RESUMO

O que impulsiona a realização do presente estudo é a reflexão de como as universidades definem seu papel no contexto brasileiro. Para tanto, utilizou-se os textos institucionais das cinco melhores universidades do país, segundo o Ranking Universitário da Folha (RUF). O estudo do material foi feito por meio da Análise Crítica do Discurso, tal como proposto por Wodak (2001). Atualmente, a maneira como a universidade é descrita difere em grande medida e é permeada por questões políticas, econômicas, sociais e religiosas. Por meio da análise realizada, foi possível perceber que cada uma das cinco universidades possui modos distintos de enunciar sua missão ou finalidade, como também se difere os meios para acesso a essa informação. A missão ou finalidade descritas e analisadas revelam e a existência de projetos políticos amplamente distintos.

Palavras-Chave: Universidade; Discurso; Análise Crítica do Discurso; Papel da Universidade

¿UNIVERSIDAD PARA QUÉ Y QUIÉNES? UN ANÁLISIS CRÍTICO DE LOS DISCURSOS INSTITUCIONALES

RESUMEN

Lo que impulsa este estudio es la reflexión sobre cómo las universidades definen su papel en el contexto brasileño. Para ello, se utilizaron los textos institucionales de las cinco mejores universidades del país según el Ranking de la Universidad de Folha (RUF). El estudio del material se realizó a través del Análisis Crítico del Discurso, según lo propuesto por Wodak (2001). Actualmente, la forma en que se describe la universidad difiere en gran medida y está

¹ Doutoranda em Administração pela UFMG. Mestre em Administração pela UFMG. Especialista em Gestão Estratégica de RH Pela UFMG. Graduada em Administração pela PUC Minas. Membro da Associação Brasileira de Estudos Organizacionais e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Possui experiência na área de Saúde Pública, Odontologia e Organização Não Governamental.

impregnada de cuestiones políticas, económicas, sociales y religiosas. A través del análisis llevado a cabo, fue posible notar que cada una de las cinco universidades tiene diferentes formas de declarar su misión o propósito, así como los medios para acceder a esta información. La misión o propósito descrito o analizado revela y la existencia de proyectos políticos muy diferentes.

Palabras clave: Universidad; Discurso; Análisis crítico del discurso; Rol de la universidad.

UNIVERSITY FOR WHAT AND WHO? A CRITICAL ANALYSIS OF INSTITUTIONAL DISCOURSES

ABSTRACT

What drives this study is the reflection on how universities define their role in the Brazilian context. For this purpose, the institutional texts of the five best universities in the country were used according to the Folha University Ranking (RUF). The study of the material was done through Critical Discourse Analysis, as proposed by Wodak (2001). Currently, the way in which the university is described differs to a great extent and is permeated by political, economic, social and religious issues. Through the analysis carried out, it was possible to notice that each of the five universities has different ways of stating their mission or purpose, as well as the means for accessing this information. The described or analyzed mission or purpose reveals and the existence of widely different political projects.

Keywords: University; Discourse; Critical Discourse Analysis; Role of the University

1. INTRODUÇÃO

A experiência da vida acadêmica é marcada por processos que denotam práticas já consolidadas e, talvez por isso, naturalizadas no processo de construção do saber científico. Observar a universidade com estranhamento pode proporcionar tensionamentos importantes, no sentido de rever essas práticas. Essa é uma das formas pelas quais o desenvolvimento da

noção em torno do que se entende por universidade se torna possível, já que denota a lógica de uma organização social marcada pela autocrítica.

É sob essa proposta, a de provocar o olhar estranhado para as práticas e certezas consolidadas no âmbito acadêmico, que este trabalho se insere, sendo que o título remete a um questionamento proposto por Ribeiro (1986). Embora a tarefa de rever posturas seja sempre um grande desafio, pode-se argumentar que grandes avanços ocorridos na ciência resultaram da desnaturalização de crenças e práticas cotidianas. É válido ressaltar que no campo científico, seja nas Ciências Naturais ou Sociais, diversas descobertas têm, em sua origem, o questionamento de verdades consideradas universais.

Para citar alguns casos, no campo da Ciência Natural, pode-se destacar o esforço de Foley (2013) em demonstrar que a inflamação, entendida como processo necessário à regeneração de tecidos lesionados e, por isso, algo considerado há muito tempo como uma resposta positiva do organismo, também possui uma dimensão negativa e que precisa ser melhor compreendida. Esse novo posicionamento sobre a inflamação adquiriu robustez na última década e foi responsável pela descoberta da associação da inflamação, com doenças humanas altamente letais, tais como Parkinson, diabetes, arteriosclerose, Alzheimer e o câncer.

Deslocando o destaque para as ciências sociais, pode-se mencionar os estudos feministas, por meio dos quais foi possível identificar e compreender os fenômenos relacionados às diferenças sociais como a subordinação, a segregação e opressão (MATOS, 2008; PISCITELLI, 2002). Por meio desses estudos, as teorias deles originadas concederam os fundamentos científicos para a luta pelo direito à igualdade de gênero no âmbito social, político e econômico, além de funcionarem como *start* para diversos outros estudos que concederam ampla ênfase às desigualdades sociais e violência.

Observar a universidade de forma estranhada implica questionar saberes e conhecimentos produzidos e reproduzidos, alguns deles há diversos anos, sendo um dos questionamentos possíveis e pertinente a discussão sobre o papel da universidade. A princípio, uma organização composta, dentre outros profissionais, de professores e pesquisadores, poderia

levar a inferência precipitada de que o papel da universidade seja ponto pacífico na comunidade acadêmica. Contudo, é possível notar situações que denotam a fragilidade dessa compreensão, tal como as relatadas por Santos (2004). O autor demonstra que três crises acometeram as universidades contemporâneas e aponta a crise da hegemonia como a primeira delas e que diz respeito justamente ao colapso entre as funções tradicionais frente às novas e crescentes expectativas surgidas no século XX. Santos ainda descreve a crise de legitimidade e a institucional, bem como as universidades procuram gerir tais processos atuando “ao sabor das paixões”. Essa postura reativa levou com que ideias e concepções fossem incorporadas às universidades sem o devido planejamento e reflexão necessários.

Ainda no interior dos reflexos oriundos das crises mencionadas por Santos (2004), ao descrever a descapitalização de recursos públicos e a mercantilização do conhecimento, as discussões sobre os critérios para distribuição de recursos, tais como as bolsas de assistência estudantil, ele demonstra a existência de posições distintas e até mesmo antagônicas no ambiente acadêmico. Um exemplo que ilustra essa situação ocorreu durante uma reunião da Comissão de Bolsas do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (CEPEAD) da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A reunião foi realizada no segundo semestre de 2018, ao se discutir os critérios para concessão do benefício, um professor afirmou que a “universidade não é lugar de fazer justiça social”. Esse enunciado, sinaliza que a falta de discussão de determinadas questões nem sempre indica a existência de consenso. Os critérios usados para concessão de bolsas podem ser apresentados em uma narrativa cientificista que evoca a neutralidade, mas, que sob análise, refletem condições meritocráticas e que estão ligadas a um determinado ideal político vinculado a um discurso de universidade que negligencia os privilégios e condições históricas que determinam o acesso ao ensino superior por apenas parte da população.

Sobre a pertinência desta discussão no atual cenário, compreende-se ser imperativa. A partir de 2014 as universidades federais perceberam uma crescente e drástica redução de recursos ao mesmo tempo em que essas organizações tiveram um aumento de custos em função da ampliação do acesso ao ensino superior (AGÊNCIA SENADO, 2018). A redução do

financiamento tem comprometido, inclusive, o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, segundo as quais deve haver forte expansão prevista até 2024, com aumento de 50% na taxa bruta de matrículas. Em 2017, apenas 15% dos jovens brasileiros entre 25 e 34 anos estavam matriculados no ensino superior, sendo que na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) sediada em Paris, o índice é de 37% e na Argentina, 21% (MUGNATTO, 2018).

O comprometimento do acesso ao ensino superior é somente um dos reflexos da redução dos recursos. Para Faust (2010), em um contexto impulsionado pelo conhecimento, formação e ideias, as universidades são atores centrais e elenca diversos casos que denotam a íntima relação entre a atuação das universidades e o crescimento econômico. O argumento econômico é forte, mas é preciso ressaltar a importância da construção de uma narrativa que reforce o papel das universidades para além dessa dimensão, como a social.

As universidades tradicionalmente são instituições reconhecidas como produtoras privilegiadas de conhecimento. Contudo, a produção do conhecimento pode ser percebida não como finalidade última, mas como uma das consequências das atividades realizadas por essas organizações, que no Brasil são resumidas no tripé de ensino-pesquisa-extensão (BRASIL, 1996).

Em um momento de redução do financiamento das atividades acadêmicas, é primordial defender sua importância perante a sociedade, mas é necessário cuidado na argumentação. Já que a penalidade na confusão entre o papel das universidades pode ameaçar a existência dessas instituições da forma como existem, considera-se primordial discutir o que se entende sobre elas. Essa compreensão se difere a partir do olhar de quem enuncia. Nesse trabalho, interessa especificamente o posicionamento institucional das próprias universidades.

Necessário se faz mencionar que tal empreitada é possível na medida em que se admite que o real é tensionado, é construído e influenciado pelos discursos, como abordado por Wodak (2001), discussão que também está alinhada em nível epistêmico ao Pós Estruturalismo. Desse modo, a visão que guia essa produção é pautada pela noção de que os ideais em torno da

universidade, ela própria, é política. Em função desse fator, não há posição que seja neutra, já que todas são construídas em favor de um determinado interesse (PETERS, 2000).

Diante deste contexto, o que impulsiona a realização do presente estudo é a reflexão de como as universidades definem seu papel no contexto brasileiro. O objetivo do estudo é compreender o papel dessas organizações a partir da narrativa institucional e que estão ligados a discursos distintos. Para tanto, utilizou-se textos institucionais das cinco melhores universidades do país, segundo o *Ranking* Universitário da Folha (RUF). O estudo do material foi feito por meio da Análise Crítica do Discurso, tal como proposto por Wodak (2001).

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção é apresentado o recorte teórico que embasou as premissas argumentativas. A terceira seção contém a descrição dos procedimentos metodológicos seguidos para consecução do estudo. Já a quarta seção, foram apresentadas as análises e as discussões resultantes do processo investigativo. E, por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico tem por intuito fazer a revisão de literatura a partir do que foi proposto pelo estudo, a fim de embasar os resultados obtidos. Para tal, foi dividido em três construtos, sendo o primeiro sobre as Universidades enquanto organizações, o segundo sobre as visões sobre a universidade na atualidade, e o terceiro uma conceituação de justiça social a partir da universidade e da educação.

2.1 DISCURSO: CONCEPÇÃO E MECANISMO DE PRODUÇÃO

Para a realização do presente estudo, considera-se importante compreender conceitualmente no plano teórico, o que é a universidade. Apesar da aparente obviedade, em se tratando de uma organização com atuação tradicional aceita socialmente. Porém, essa

aceitação histórica não significa ausência de questionamento sobre sua finalidade e seus ideais.

Na sociedade existem diferentes visões de mundo, ideais ou mesmo filosofias que refletem determinadas ideologias (CLARK; SALAMAN, 1996). Se um grupo social compartilha uma determinada concepção, irá produzir discursos ligados a essa concepção. Já que os diferentes discursos estão em constante disputa, as estratégias discursivas também podem refletir os interesses que estão em jogo. Sendo a universidade uma organização inserida em um contexto social, é possível perceber que ela também pode ser encarada como discurso. Nesse sentido, a estrutura não é suficiente para defini-la pois, os discursos extrapolam o real do ponto de vista concreto.

A manutenção do *status quo* ou o desejo de mudança são exemplos de interesses refletidos nos discursos (BOJE; SCHOOLING, 2001) e que serão buscados na medida em que são vistos como ideal a ser perseguido pelos grupos sociais. Nesse caso, a produção discursiva irá buscar o convencimento de sua apropriação ou manutenção. Esses interesses no âmbito das universidades, dizem respeito a dimensão política dos discursos.

A disputa que marca a existência dos discursos não ocorre de forma proporcional, pois existem aqueles considerados hegemônicos e os subalternos. Os discursos hegemônicos podem ser compreendidos como as grandes narrativas que se pretendem universais. Sua manutenção ao longo dos tempos é condicionada a uma constante necessidade de justificação atrelado ao desenvolvimento e sofisticação dos mecanismos persuasivos, que pretendem naturalizar o *status quo* (HERACLEOUS, 2004).

Para Wodak (2001), o discurso está presente nos textos, tanto orais quanto escritos, embora a forma oral seja a forma típica. Os textos são as unidades de interação perceptíveis pela linguagem cotidiana. O discurso é constituído por uma ideologia, mas que pode apresentar contradições ou até mesmo ideais que se excluem. Isso evidencia que o discurso é permeado por disputas e, dessa forma, um discurso dominante, para assim manter-se, passa por processo de disputas e negociações com outros discursos.

Outra questão relacionada ao discurso é que ele constitui uma prática social (WODAK, 2001). Por meio dele, é possível gerar mudanças no que se entende por real e ideal. Sendo a linguagem um meio de interação social e veículo de produção e reprodução discursiva, é possível influenciar as pessoas. Essa influência é tamanha que em determinados aspectos um discurso pode ser considerado a única lente para o real. O grau de influência e a aderência dos discursos estão fortemente ligados ao contexto em que são produzidos. É interessante observar que a compreensão de universidade ainda é influenciada pela concepção de determinados autores, como a de Weber (1982), o que reflete a aderência e a manutenção de algumas concepções frente a outras.

Os discursos são mais eficazes na medida em que conseguem ocultar as ideologias ou interesses, de acordo com Wodak (2001). Um discurso que não apresenta uma ideologia aparente possui maior possibilidade de ser socialmente aceito e reproduzido, o que leva à naturalização dos discursos. Com tudo isso, é possível perceber a existência de diversos discursos na sociedade e que podem ser fonte de opressão, mas que não são combatidos por terem sido naturalizados pelas pessoas. Assim, o conceito e a finalidade das universidades refletem um determinado discurso. As disputas entre os diferentes discursos citados pela autora, são tratadas de modo específico por Santos (2004). Nessa concepção, universidades como bens públicos são territórios disputados e em disputa. As mudanças a elas impostas seguem o fluxo da concepção predominante de Estado, o que indica a dimensão política como chave para a compreensão da finalidade da universidade.

2.2 AS VISÕES SOBRE A UNIVERSIDADE NA ATUALIDADE

Atualmente, a maneira como as universidades são descritas diferem em grande medida e é permeada por questões políticas, econômicas, sociais e religiosas. Segundo Wanderley (2017), apesar da drástica ruptura entre as instâncias produtoras de conhecimento científico e a tutela religiosa, as universidades ainda mantêm vínculos com outros grupos sociais. Outra característica que permanece é a visão que as vincula ao progresso e a educação.

Para Araújo (2009), o uso do termo progresso remete um determinado ideal civilizatório. A educação comparece para fortalecer e propagar esse ideal ao longo do tempo. Esse aspecto pode ser percebido no processo de colonização, onde a educação foi uma das formas de reprodução do ideal desenvolvido em determinados países.

Atualmente, alguns percebem a universidade como o *locus* historicamente constituído para a criação e divulgação do conhecimento, promovendo o desenvolvimento da ciência e a formação de profissionais, técnicos e pesquisadores, gozando de certa autonomia, condicionada a não contrariedade aos interesses políticos e instituições privadas mantenedoras (WANDERLEY, 2017). Ainda nesse grupo, existem aqueles que defendem que a universidade deve se concentrar em uma atuação efetiva de mudança, inclusive na perspectiva econômica, algo que, segundo essa concepção, não é possível somente pela reflexão teórica.

Há ainda o grupo que vê na universidade, a possibilidade de resistência ao capitalismo por meio da análise dos limites e possibilidades. Nessa posição, a universidade é percebida como organização ativa na luta pelas desigualdades sociais e seus intelectuais, sujeitos capazes de produzir rupturas em favor de grupos subalternos (SANTOS, 2004).

Wanderley (2017) descreve ainda a visão que superestima a educação e seu poder transformador. De acordo com essa vertente, a universidade seria o pilar da mudança social e do desenvolvimento e, como os demais grupos sociais dela dependem, tal situação denotaria um *status* privilegiado de autonomia. Wanderley (2017) finaliza a descrição das diversas visões sobre a universidade com a vertente que desacredita totalmente na importância da universidade, preconizando inclusive, sua dissolução.

As distinções demarcadas por Wanderley são úteis em demonstrar que o entendimento e o ideal de universidade são vários e distintos. Alguns teóricos clássicos influenciam até hoje a concepção de universidade, tais como Weber (1982). Para esse autor, sendo a ciência um saber racional, neutro e puramente factual e sendo a universidade o lugar

da produção científica, a exposição de posicionamentos políticos não é adequada. De acordo com essa concepção, o que interessa ser conhecido é fruto de uma decisão desinteressada do pesquisador em uma ciência do saber *per si*.

Ribeiro (1986) é crítico a essa postura e acredita que ela representa um ideal ultrapassado de universidade que entrou em crise. Para o autor, a ausência de um ideal político das universidades não pode ser entendida como inexistência. Ribeiro vai além, ao afirmar que, no Brasil, as universidades que não possuem um ideal explícito, contribuem para o atraso no desenvolvimento do país. Assim, o que Wanderley chama de visões, apresentam um misto de ideal e real percebidos por diversos grupos e que podem ser considerados discursos sobre a universidade. Ribeiro (1986) percebe a existência de um discurso dominante no país que atua na manutenção de privilégio para poucos e que vinculam a processos que, no fim e ao cabo, somente contribuem para a manutenção das desigualdades sociais.

A concepção de universidade descomprometida com a sociedade e, como ressalta Ribeiro (1986), com a brasileira, tem colaborado na construção do país do porvir, que ainda precisa ser feito, colonizado e civilizado. Ele desconstrói todas as grandes narrativas para o atraso no desenvolvimento do país e conclui que nesta sociedade, ao invés da universidade promover avanço, mais tem contribuído para o retrocesso social. O autor sustenta sua visão ao afirmar que os dados históricos demonstram que o Brasil foi o país mais rico do mundo entre os séculos XVI e XVII. Ao argumento de que o atraso é devido à jovialidade, Ribeiro contrapõe que o Brasil é anterior aos Estados Unidos em mais de cem anos.

O discurso sobre a universidade brasileira se distanciou, se é que algum dia esteve próximo, de um compromisso com sociedade, na medida em que se reduziu a uma cultura erudita, que faz da ciência e da retórica ferramentas à legitimação dos interesses de grupos dominantes. Ribeiro (1986) demonstra profundo conhecimento sobre o panorama brasileiro, que mesmo sendo uma leitura feita na década de 1980, mantém-se atual. Para ele, a sociedade brasileira vive a crise da superpopulação e que é responsabilidade da universidade pensar em formas alternativas de trabalho, de alimentação e de vida. Isso remete ao fato de que, o Brasil

precisa ser tratado como tema e problema das organizações universitárias. Estar alheio a esse compromisso, sendo as universidades organizações reconhecidas e mantidas para promover o desenvolvimento, é promover exatamente o oposto.

Torgal e Ésther vão além de Ribeiro (2019), já que este último admite que a inexistência de um ideal político é uma possibilidade. Os autores já partem da noção de que universidade é política, na medida que é concebida, gerida e mantida por uma linha ideológica, que se aplica à nação. Ao longo do trabalho, os autores demonstram casos, como o alemão e o português, de como lógicas e práticas acadêmicas estavam alinhadas com posturas políticas de Estado. Eles ainda relatam como o Estado Novo em Portugal procurou difundir e fortalecer o caráter apolítico das universidades, por reunirem docentes e discentes dotados de liberdade. O esforço de descrever universidade como *locus* neutro e voltado ao bem comum, tal como mencionado por Wodak (2001), opera na chave estratégica discursiva, pois procura tornar invisíveis as tensões e intenções presente em tais organizações. Justamente por isso, necessário se faz pontuar que os sentidos compartilhados socialmente do que é a universidade, bem como de seu papel, variam amplamente em função do contexto sócio-histórico-cultural e justifica a complexidade envolvida na conceituação.

A atuação da universidade é pautada por políticas públicas voltadas ao seu direcionamento e orientação. Nos últimos anos, a ideia do exercício do compromisso social, por essas instituições, ganhou força motivada principalmente pelas crises descritas por Santos e Almeida Filho (2008) e Santos (2004). Ao ensino e pesquisa, consideradas funções básicas da universidade por Humboldt, foi acrescida a noção de extensão. No Brasil, as diretrizes basilares da educação superior preveem à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, a autonomia universitária e dinâmica de ensino flexível capaz de propiciar a interdisciplinaridade. Em tese, compreende-se que:

[...] uma Universidade que se quer pautada por paradigmas democráticos e transformadores deverá, necessariamente, (re)visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando, também, os saberes do senso comum, confrontados criticamente como o próprio saber científico, comprometendo a comunidade

acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas (BRASIL, 1996, p. 41).

Essa conformação tem como alvo proporcionar não somente a formação de profissionais, como também de cidadãos críticos pelas Instituições de Ensino Superior (IES), considerando-se que o estabelecimento de ações educativas para além do conhecimento técnico/científico por meio do estabelecimento de vínculos interativos entre a academia e a sociedade se constitui como forma de aprendizagem para os discentes e de promoção dos saberes e conhecimentos dos grupos sociais (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ- REITORES DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006; NOGUEIRA, 2000; MORIN, 1998).

A formulação e implementação de atividades de extensão é parte da missão social da universidade para 88% das IES no país (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ- REITORES DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007, p.18). Além disso, as atividades consideradas prioritárias de realização são de compromisso social e as que propiciem a realimentação do ensino e pesquisa (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ- REITORES DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2007, p.19).

Se por um lado todos esses fatores significaram desenvolvimento da atuação da universidade em favor de um compromisso social, por outro tem-se a intensificação de processos que primam pelo ideal econômico, em detrimento dos demais. Em janeiro de 2018, um relatório minucioso realizado pela *Clarivate Analytics* a pedido da Capes, analisou o desempenho da pesquisa no Brasil entre os anos de 2011 e 2016. De acordo com os dados levantados, o grupo de analistas concluiu que o país apresentou melhora significativa nos índices (CROSS, THOMSON, SIBCLAIR, 2018). Porém, ao verificar os dados criados e apurados pela equipe, foi possível perceber que a referida "melhora", tem como ideal o aumento de pesquisas vinculadas a empresas, com a Petrobrás liderando a quantidade de pesquisas produzidas em parceria com IES.

Entender porque o desenvolvimento de pesquisas consideradas ideais são aquelas produzidas em parceria com empresas perpassa a necessidade de conhecer os sujeitos implicados. Em 2016 a Thomson Reuters foi adquirida por um grande grupo de investidores de capital privado, dando origem a *Clarivate Analytics* e se tornou uma editora da *Web of Science*. A partir de então, a base passou a registrar as publicações mais influentes do mundo. O que tem-se desse quadro é a tributação da responsabilidade pela avaliação das pesquisas, logo das universidades, de órgãos governamentais brasileiros a uma entidade privada e estrangeira. A dimensão implícita nesse caso é que critérios avaliativos sinalizam o ideal de aproximação entre a realização de pesquisas e a esfera produtiva. Não se trata da defesa acrítica da independência no desenvolvimento de pesquisas, mas não se pode ignorar que esta é um dos gargalos em termos de custo para desenvolvimento de produtos, motivo pelo a parceria público-privado seja interessante para a economia. O fato é que, interesses de mercado não correspondem a interesses sociais e condicionar a realização de pesquisas às necessidades econômicas representa grave retrocesso à ciência.

Esse cenário configura um contexto marcado pelo acirramento das funções consideradas antagônicas por Santos e Almeida Filho (2008). Se por um lado nas últimas duas décadas, diversos estudos propuseram e revelaram a relevância do compromisso social da universidade, tal como defendido por Wanderley (2017) e Ribeiro (1986), por outro, mecanismos de controle têm proporcionado cada vez mais a subordinação da universidade à economia.

2.3 JUSTIÇA SOCIAL: NOÇÕES A PARTIR DA UNIVERSIDADE E DA EDUCAÇÃO

Para Pereira (2009, p. 49), o projeto de universidade de Humboldt tem como objetivo o "bem público e da nação". Decerto, a noção totalizante do bem é discutível, já que a sociedade é permeada por inúmeros interesses que configuram a dinâmica social em que está imersa. Porém, a intenção inicial de Humboldt tem sido corporificada em trabalhos de grande densidade. Stephen Jonh Ball tem se dedicado ao estudo de políticas educacionais e é reconhecido como referência internacional na área. Embasando um debate teórico a partir de

autores tais como Foucault, Bourdieu, Bernstein e Weber, o autor possui inúmeros livros e artigos que discutem entraves no contexto acadêmico, com análises críticas e que fazem interface com a justiça social, poder, desigualdades sociais, classes sociais e discurso (MAINARDES, MARCONDES, 2009).

Ball (1994, p. 26) propõe, a partir do contexto estadunidense, uma reforma na educação pautada por políticas capazes de promover "mudanças nos padrões de acesso social, oportunidade e justiça social". De modo semelhante, Barroso (2005) afirma que nem a sociedade, tampouco o Estado, configuram um contexto adequado para o exercício da cidadania ativa e democrática de modo que seja possível o alcance da justiça social. É nesse contexto que o acesso a educação pode proporcionar uma nova esfera. Embora o autor conceba a educação como forma de emancipação e a via para a promoção da justiça social, reconhece que o grande desafio posto na atualidade é pensar os processos decisórios que pautam as atividades desempenhadas na educação de forma ampla, e não atomizada.

Se por um lado tem-se a crise do Estado Providência, visto como responsável por suprir todos os déficits sociais para que as pessoas possam se tornarem indivíduos plenos socialmente, por outro, igualmente viu-se sucumbir o modelo "técnico-burocrático", que outrora embasou a expansão das IES. Barroso sintetiza seu ideal por meio do desenvolvimento de dois princípios:

- a recriação da escola como espaço público de decisão colectiva, baseada numa nova concepção de cidadania que, [...] vise criar a unidade sem negar a diversidade;
- que o Estado continue a assegurar, como lhe compete, a "manutenção da escola num espaço de justificação política" (Derouet, 2003), sem que isso signifique ser o Estado o detentor único da legitimidade dessa justificação (BARROSO, 2005, p. 746-747).

A proposta de Barroso desafia a crença de que unidade e diversidade são conceitos que se contraponham. Pode ser possível pensar em linhas gerais norteadoras da atuação e do desenvolvimento da universidade, sem impor um discurso único e totalizante. Antes, porém, é necessário admitir que existem diferenças no interior desta instituição e que uma delas, se

refere ao projeto político, sendo responsável pelo ideal de universidade bem como o papel que deve desempenhar na sociedade. Dessa forma, é possível perceber que há lugar tanto para o projeto de universidade conservador quanto para o da universidade inclusiva, e nesse sentido, cada projeto terá desdobramentos distintos com relação à atuação da universidade no que tange a sociedade, e até como esta última é encarada.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi produzido utilizando-se do método indutivo e de caráter descritivo. O problema de pesquisa é o de como as universidades definem seu papel no contexto brasileiro e o objetivo geral é compreender os discursos dessas organizações a partir da narrativa institucional. Para tanto, utilizaram-se os textos expressos na missão ou na finalidade social contida nos regimentos internos. A missão é considerada a declaração pública do propósito de existência de uma organização. Quando bem formulada, ela fundamenta às prioridades, os planos e atribuições de sua atividade e a filosofia da instituição (PEARCE II, DAVID, 1987). Também foram consideradas a finalidade da universidade, considerando-se que quando se trata de universidades públicas, a justificativa de sua existência pode não estar expressa sob o termo missão, mas está presente na sua finalidade, acessível em documentos que regem sua criação e funcionamento.

A unidade de análise são universidades e o processo de seleção considerou as 5 melhores instituições do país, de acordo com o Ranking Universitário da Folha (RUF)², baseado em uma lista com as melhores universidades do Brasil anualmente. Para a elaboração do *raking*, são analisadas 195 universidades brasileiras públicas e privadas, a partir de cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado. A base de dados utilizada para a elaboração da lista usa como fonte de dados produzidos pelo

² Não compete ao escopo deste trabalho avaliar a competência metodológica para a construção do Ranking da Folha. A adoção desta lista foi utilizada, somente, como forma de selecionar cinco instituições de ensino para a elaboração da pesquisa.

Ministério da Educação, de bases de divulgação científica além de instituições de fomento ao ensino, pesquisa e extensão. A presente pesquisa utiliza o resultado do RUF de 2017.

Assim, segundo o *ranking* da Folha, a UFRJ é a melhor universidade do Brasil, com nota 97,42 na avaliação. A Unicamp, com pontuação de 97,31, conquistou o segundo lugar no *ranking*; sendo que a mesma apresentou um salto em sua nota, em comparação com o ano passado. A USP, que tantas vezes liderou o ranking das melhores instituições do país, ficou na terceira colocação, tendo nota de 97,24. A quarta posição no *ranking* ficou com a UFMG, que obteve avaliação de 96,81, esta é considerada a melhor instituição de ensino superior do estado. A UFRGS se destaca como a melhor da região sul, com nota 95,86 no *ranking* universitário, ocupando a quinta colocação.

Por fim, os dados foram tratados de acordo com Wodak (2001), que propôs a Análise Crítica do Discurso em uma perspectiva histórico-discursiva. Sendo as narrativas institucionais produções textuais, pode-se ligá-los a subtópicos, macrotópicos e, por fim, a discursos. Esses vínculos ocorrem de forma intertextual e interdiscursiva, o que equivale dizer que nos textos há uma combinação de diversos elementos que remetem a diferentes textos e discursos e que fazem parte da estratégia discursiva empregada. Essas estratégias são passíveis de análise, que considera também o elemento histórico na compreensão dos discursos.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A descrição da missão ou finalidade divulgadas pelas instituições comparecem de acordo com sua posição no RUF. Compreender a lógica de funcionamento das organizações é algo que perpassa diversas dimensões, sendo que aqui tem-se nas narrativas institucionais uma das vias possíveis para tal intento. Embora a existência das universidades seja perceptível do ponto de vista histórico (WANDERLEY, 2017; SCHARFE, 2002; ARAÚJO, 2009), isso não pode ser considerado o único fator preponderante para a manutenção destas organizações. Isso é perceptível por meio do esforço das universidades em publicizar informações que possam justificar perante a sociedade, o motivo de sua existência, seja por

meio da elaboração da missão, como a UERJ e UFMG, ou da finalidade presente nos estatutos que regem a UNICAMP, USP e UFRGS.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A finalidade que justifica a existência da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que baliza seus objetivos estratégicos consiste em proporcionar à **sociedade brasileira** os meios para dominar, ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora (UFRJ, 2006).

Sendo a publicização da missão ou finalidade da universidade uma necessidade, é possível destacar elementos considerados importantes nessa construção narrativa. O primeiro ponto a ser analisado é quem é sujeito interlocutor. Tal como Wodak (2001), é possível diferenciar o discurso entre o *self* institucional e os outros, sendo essa a primeira questão objeto de análise. É interessante perceber a existência da prerrogativa de instituição social privilegiada, dada a existência de textos que refletem poder e dominação, como aponta Heracleous (2004). A UFRJ descreve a si como sendo capaz de proporcionar amplo alcance aos conhecimentos, algo reforçado pelo termo “universal”.

Assim, a sociedade comparece na narrativa como instância social que pode apropriar-se e beneficiar-se do conhecimento produzido pela universidade. Ainda que sociedade brasileira seja um termo universalizante e que desproblematiza amplamente as diferenças sociais, é importante destacar que essa instituição a considerou importante no momento de justificar sua própria existência. Neste aspecto, pode-se dizer que a UFRJ pensa a si mesma em um contexto mais amplo. Contudo, não é possível afirmar que a universidade pense no outro, entendido como sociedade, como sua razão de ser, tal como afirma Ribeiro (1986). Ao invés disso, sociedade é vista como a beneficiária da existência e atuação da UFRJ.

Para a UFRJ, por ser capaz de proporcionar o domínio, cultivo, aplicação e difusão do saber, o sujeito interlocutor são grupos sociais que veem nesses fatores uma relação benéfica e que estejam aliados aos seus interesses. Sendo a universidade um dos *locus* sociais da produção do saber, não se pode tributar a ela um monopólio, conforme relatado por Santos e

Almeida Filho (2008). Sendo assim, o sujeito interlocutor possui como característica, pertencer a grupos sociais que percebem a universidade como organização privilegiada na produção dos fatores destacados por ela. A esse ponto, Wanderley (2017) destaca a relação estreita e histórica entre universidades e grupos dominantes na sociedade e que também aponta a dimensão política da universidade como defendem Torgal e Ésther (2014).

Universidade Estadual de Campinas

Artigo 1º. A Universidade de Campinas, criada pela Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, alterada pelas Leis nºs 9.715, de 30 de janeiro de 1967 e 10.214, de 10 de setembro de 1968, com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, entidade autárquica estadual de regime especial, na forma do Artigo 4º da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, e que passa a denominar-se Universidade Estadual de Campinas, reger-se-á por estes Estatutos, pelo Regimento Geral e pela Legislação específica vigente, tendo como finalidade precípua a promoção do bem estar físico, espiritual e social **do homem** (SÃO PAULO, 2018).

Por usar o léxico "homem" (SÃO PAULO, 2018), a Unicamp procura evidenciar a interlocução com um sujeito percebido como universal. Porém, considerando-se a amplitude, a diversidade e densidade de estudos sobre o uso do termo "homem" como categoria universalizante, como é o caso de estudos de Piscitelli (2002) e Matos (2008) existentes na atualidade, pode-se inferir que a adoção desse enunciado desconsidera todo o debate teórico sobre a dimensão de gênero. Segundo Matos (2008, p. 335):

Durante anos, séculos, as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção de conhecimento científico e/ou filosófico. As religiões, e depois as próprias organizações científicas, se incumbiram dessa opressão.

Percebe-se que, por muito tempo, as universidades contribuíram para a produção e manutenção de lógicas opressoras. Ao dirigir seu enunciado aos homens, a Unicamp reforça a falta de problematização, nesse caso ao nível institucional, das questões e dinâmicas sociais na qual está inserida. Um dos desdobramentos desse cenário é o trabalho de Carrico (2008), que ao perceber as dificuldades experienciadas por discentes que não se enquadraram às definições abstratas do que se considera como aluno universitário na própria Unicamp,

publicou um estudo. De acordo com esse trabalho, apesar desta universidade possuir um programa de promoção das diferenças, na prática, a iniciativa não tem sido eficaz, já que o meio para tal intento tem sido o de aumentar o acesso, sem, contudo haver medidas efetivas que garantam a permanência dos estudantes. Santos e Almeida Filho (2008) reforçam essa questão, ao considerarem que o projeto de diversas universidades em promoção da diversidade, se mostrou frustrado, resvalando em processos permeados por mérito e privilégio. Por mais que haja iniciativas que apontam avanços no tratamento das diferenças sociais no interior da universidade, o discurso institucional reflete que tal intenção pode ser considerada uma camada que não atingiu os estratos mais profundos da organização.

À luz das concepções de Ribeiro (1986), vários seriam os problemas de uma sociedade pensada de forma restrita na categoria homem. A narrativa dessa universidade deixa explícito que sua finalidade é promover um determinado processo civilizatório, que classifica como “bem” de forma desproblematizada. O fato é que, ao dirigir-se aos homens, por mais que se tenha utilizado um termo universalizante, essa estratégia apenas reforça que essa instituição está comprometida com apenas parte da sociedade.

Universidade de São Paulo

Artigo 2º – São fins da USP:

I – promover e desenvolver todas as formas de conhecimento, por meio do ensino e da pesquisa;

II – ministrar o ensino superior visando à formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais;

III – **estender à sociedade** serviços indissociáveis das atividades de ensino e de pesquisa.

Artigo 3º – A USP, como Universidade pública, sempre aberta a todas as correntes de pensamento, reger-se-á pelos princípios de liberdade de expressão, ensino e pesquisa (USP, 1988).

O texto da USP tem como sujeito interlocutor, ela própria. Essa inferência é possível a partir do enunciado presente em seu estatuto. Para essa organização, o sujeito interlocutor será capaz de compreender seu papel a partir de ações ligadas diretamente a seu

funcionamento. Ao evidenciar tarefas organizacionais, o público, ao qual se destina tais informações, necessita estar imerso em um contexto na qual elas façam sentido. Nesse caso, o interlocutor somente será capaz de entender sua finalidade se valoriza seus processos. A concepção asséptica e neutra explicitada pela USP reflete o ideal de Weber (1982), do qual é possível admitir o saber pelo saber. Ocorre que, uma universidade que não está comprometida com a sociedade, desconhece suas questões e não pode lhe garantir desenvolvimento de fato. Para a USP, a sociedade é apenas o sujeito que tem acesso a determinados serviços ligados aos seus processos.

A busca do ideal "progresso e educação" (ARAÚJO, 2009), carrega um sistema que visa se auto-justificar. Ao evidenciar os seus processos, presentes nos dois artigos usados para justifica-la, A USP desloca sua finalidade social para a sua própria existência. Esta estratégia oculta a responsabilidade social da universidade perante a sociedade, o que termina, segundo Ribeiro (1986), contribuindo para a manutenção das desigualdades percebidas na sociedade brasileira.

Ademais, a finalidade social da USP não toca a extensão, elemento da tríade responsável pela interação entre universidade e sociedade, tão discutido institucionalmente (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ- REITORES DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 2006). Se a defesa de finalidade social tem por argumento a necessidade de realizar processos, desconsiderar o único deles voltados à dimensão social silencia sobre a responsabilidade do conhecimento ali produzido.

Universidade Federal de Minas Gerais

Gerar e difundir conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, destacando-se como instituição de **referência nacional**, formando indivíduos críticos e éticos, com uma sólida base científica e humanística, comprometidos com **intervenções transformadoras na sociedade** e com o **desenvolvimento** sócio-econômico regional e nacional (UFMG, 2004).

Para a UFMG, o sujeito interlocutor é delimitado pelo grupo que conhece e valoriza sua posição de destaque e "referência nacional" (UFMG, 2004). Além disso, a universidade se dirige àqueles que a veem como propulsora de desenvolvimento. O uso de léxicos que evocam *status* e mérito podem ser ligadas ao conservadorismo, presente em organizações medievais (WANDERLEY, 2017) e que, de forma tradicional, se fazem presentes na academia, muito embora Santos (2004) há muito tenha previsto a derrocada da hegemonia universitária, enquanto produtora de conhecimento e conseqüentemente, do desenvolvimento dele decorrente.

Todavia, é possível perceber que esta universidade tem interesse em estabelecer diálogo com um grande grupo social. Isso porque, embora a organização possua um estatuto onde é possível localizar sua finalidade social, houve um esforço de apresentar essa informação de forma acessível, por uma página dedicada somente a este fim. Outra questão que remete ao sujeito interlocutor está presente na linguagem utilizada para a construção do enunciado da missão desta universidade.

O texto institucional da UFMG reflete uma sociedade sujeita às transformações oportunizadas por ela. De acordo com Ribeiro (1986) e Wanderley (2017), é possível perceber que a narrativa desta instituição reflete a noção de compromisso social. Porém, não se pode relevar o que é considerado prioritário para essa organização, já que traz primeiro plano a preocupação com reconhecimento. Essa nuance é reflexo de uma construção histórica, que ao valorizar o mérito, acabou por inverter as prioridades das universidades, passando-se produção frenética dos meios, em detrimento dos fins.

Outro aspecto presente nesta finalidade é a ênfase na intencionalidade de que tal organização se torne referência nacional. Santos (2004) descreve os reflexos das crises nas universidades e é possível considerar, que juntas, proporcionaram um cenário no qual as universidades reproduzem uma lógica de mercado, competindo por recursos escassos, ao mesmo tempo em que planejam crescimento, tanto interno quanto externo, como a

internacionalização. A absorção de tais lógicas é questionável na medida em que reflete um posicionamento despreocupado com reflexos futuros.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Art. 5º - A UFRGS, comunidade de professores, alunos e pessoal técnico-administrativo, tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, integradas no ensino, na pesquisa e na extensão (UFRGS, 1995).

Já a UFRGS apresenta um enunciado que procura dialogar com o sujeito preocupado com a oferta do ensino superior. Para Canário (2002), reforçar os meios para destacar a finalidade de uma organização é próprio de grupos econômicos. Usar recursos argumentativos importantes para esses grupos, possui origem na reforma educacional realizada na década 1990 na América Latina (KRAWCZYK, 2005). Àquela época, o discurso da eficiência considerada presente e detectável na esfera privada levou a criação de um modelo educacional que parte de um conceito de cidadania em termos mercantis. Para Wanderley (2017), não se pode subordinar as instituições de ensino à lógica mercantil e ao mercado de trabalho. Pensar os grupos de interesse da universidade como aqueles somente sensíveis a esses aspectos, pode revelar a incapacidade da percepção de que a universidade produz efeitos, ao invés de somente resultados (BALL, 1994).

Os efeitos de uma universidade são bem mais amplos do que oferta de ensino e produção do conhecimento, como explicitado pelo texto da UFRGS. Se a universidade é alheia a sociedade, como pode definir o que seja importante ser conhecido? Por ser o Brasil um país com problemas que acometem um grande contingente da população, a finalidade descrita por essa universidade somente reforça o que Ribeiro (1986) denuncia, já que considera que o descaso acadêmico com a sociedade brasileira tem contribuído e reforçado seu atraso.

Percebe-se que, embora a universidade em tese interesse a toda a sociedade na qual está inserida, a partir dos enunciados usados para identificar a finalidade destas instituições

evidencia a existência de grupos específicos como privilégio de acesso a ela. Por vezes, por mais que haja uma intenção de amplo alcance, pode-se perceber que as cinco maiores instituições de ensino do país procuram argumentar sua finalidade, ainda o fazem considerando grupos reduzidos na sociedade.

4.1 ELEMENTOS LÉXICOS PERSUASIVOS

A "força transformadora" (UFRJ, 2006) e "intervenções transformadoras" (UFMG, 2004) são considerados tanto como um objetivo estratégico para as universidades, quanto um valor apreciado e de interesse pela sociedade brasileira. O reforço desse aspecto ocorre de forma consoante à existência de diretrizes políticas públicas instituídas em uma lógica que concilia transformação e democracia (BRASIL, 1996). Sendo a transformação uma qualidade apreciada e buscada, compreende-se que essa busca faz sentido em um cenário considerado não ideal e que precisa ser alterado. Sendo o Brasil um país marcado por intensa desigualdade social e econômica, considerada densa e estável (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001), a educação proporcionada pela universidade é tida como alternativa a possível mudança no quadro, como é possível perceber em:

As instituições de ensino superior, e as universidades em particular, [...] devem ser pensadas em conexão com os grandes impasses e dilemas que deverão ser superados pelo Brasil nas próximas décadas, entre os quais se sobressaem a superação das desigualdades e a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de conciliar crescimento econômico com justiça social e equilíbrio ambiental. As instituições de ensino superior são chamadas a interagir com as vocações e as culturas regionais, repartindo o saber e a tecnologia com toda a sociedade [...] (BRASIL, 2005, p. 1).

Ocorre que as mudanças ocorridas nas instituições de ensino superior nos últimos anos apontam para mudanças que não sustentam essa narrativa. A aparente valorização da transformação social por organizações que têm aumentado sua articulação como um projeto neoliberal, denota um discurso político de manutenção do *status quo* (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008).

Outro recurso persuasivo pode ser evidenciado na visão que confere a capacidade de a universidade de promover "bem-estar" (SÃO PAULO, 2018) e que reforça, tal como descrito por Wanderley (2017), a existência de grupos que supervalorizam a universidade. Além desse, outro ponto a ser destacado é que o léxico usado, de tão amplo, pouco diz sobre a efetividade de uma universidade promover o "bem-estar", o que pode denotar confusão a respeito de qual é o papel dessa organização. Para Santos e Almeida Filho (2008, p. 59), isso é resultado da "acumulação indiscriminada de funções atribuídas à universidade ao longo do Século XX". Os autores responsabilizam esse fenômeno a auto fabricação dos 'produtos' da universidade, o que levou a concentração de determinadas atividades em detrimentos de outras, como é o caso da preponderância da pesquisa ante o ensino e a extensão, objeto de crítica de Lima (2015).

Em derradeiro, destaca-se a adoção de elementos persuasivos que remetem a uma das atribuições historicamente desempenhadas pelas universidades, por meio da "qualificação para as atividades profissionais" (USP, 1988) e a "educação superior e a produção de conhecimento" (UFRGS, 1995). A esse respeito, Araújo (2009) revela o predomínio do ideal de Humboldt, descrito há mais de um século, para explicitar a atuação da universidade. Decerto, não se pode refutar o peso atribuído a um recurso que recorra a elementos históricos para se justificar. Porém, é possível questionar se o uso desse recurso não seja resultado de uma confusão entre o que seja função e finalidade. Sendo a universidade fruto de uma invenção construída ao longo dos anos, sua primeira função teria sido promover a cultura e, mais tarde, acumulou o papel de formar profissionais (SANTOS, ALMEIDA FILHO, 2008). A função da universidade não se confunde com sua finalidade, do mesmo modo que resultados não se confundem, tampouco resumem os efeitos sociais que ela desencadeia (BALL, 1994).

Ademais, destacar a dimensão profissionalizante da universidade apresenta como nuance o questionamento sobre a capacidade intelectual dos discentes (ISKANDAR; LEAL 2002). A qualificação profissionalização é somente um dos aspectos da formação das pessoas, no sentido de serem capazes de perceber e atender necessidades de outrem. A ênfase em

somente uma dimensão do processo, revela que outros aspectos podem não receber a mesma atenção pelas instituições.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo procurou refletir sobre como as universidades definem seu papel no contexto brasileiro. O objetivo do estudo é compreender o papel dessas organizações a partir da narrativa institucional, sendo uma das formas de acesso a essas informações são a missão e a finalidade elaboradas e divulgadas pelas instituições universitárias. Dessa forma, utilizou-se o Ranking Universitário da Folha (RUF), que divulga anualmente uma lista com as melhores universidades do Brasil como forma de seleção de cinco instituições de ensino superior.

Por meio da Análise Crítica do Discurso, foi possível perceber que cada uma das cinco universidades possui modos distintos de enunciar sua missão ou finalidade, como também se difere os meios para acesso a essa informação. Por missão ou finalidade, compreendem-se as formas pelas quais as instituições justificam sua existência para com a sociedade. As universidades têm sua origem há diversos anos, porém, ainda assim é necessário se compreender seu papel na dinâmica social em que estão inseridas.

O primeiro ponto para se destacar é o de quais instituições se está a falar. Neste estudo, foram consideradas unidades de análise a UFRJ, Unicamp, USP, UFMG e a UFRGS, por se destacarem entre as cinco melhores universidades do país. Algo comum nessas organizações é que pertencem aos estados brasileiros com maior PIB do país (IBGE, 2015). Diversas questões podem ser discutidas, mas no que compete a realização do presente estudo, esse fator pode carregar influência sobre como essas instituições percebem sua própria existência.

Foi possível perceber, que embora o que se sabe e o que se espera de instituições de ensino universitárias tenha se alterado historicamente, houve um acúmulo de atributos ao mesmo tempo em que a responsabilidade pelos resultados têm sofrido atomização em

decorrência da intensa fragmentação proporcionada pela hiperespecialização e pela descentralização do poder no Estado. O resultado desse cenário é que as amplitudes de funções acumuladas não necessariamente resultaram em compromisso dessas organizações com resultados ou mesmo efeitos por elas produzidos. Diante disso, o Estado tem articulado instâncias de problematização da atuação universitária, como forma de introduzir a relação dessas instituições com a sociedade de modo mais efetivo, como a chamada indissociabilidade das dimensões ensino-pesquisa-extensão.

Ocorre que tanto as diretrizes políticas educacionais quanto as universidades, têm justificado sua finalidade por meio de seus processos. Ao deslocar a finalidade última de uma universidade para seus processos, que resumem os meios para a execução de suas atividades, admite-se que a existência das universidades se resume a si próprias. Discutir e problematizar essa questão não deve ser entendida como defesa de um ideal funcionalista de universidade. Porém, o descompromisso com efeitos sociais das universidades apresentou limites ao perceber-se fatores como segregação e elitização na sociedade.

As missões e finalidades das universidades descritas e analisadas revelam, mais do que divergências no que estas instituições compreendem por seu papel, a existência de projetos políticos amplamente distintos. Existem projetos políticos conservadores quanto projetos inclusivos, cada qual se valendo de enunciados pertinentes e coerentes com essa dimensão.

A observação da existência dos diferentes posicionamentos políticos pode ser sim associada ao compromisso com a justiça social, respondendo à questão presente no título. Diversos estudos têm sido realizados apontado a importância, inclusive, da promoção da justiça social, não somente como ideal, mas como finalidade e compromisso social das universidades. Porém, a manifestação de tensões e intensões foi historicamente negada no âmbito das universidades, e que está ligado ao desenvolvimento de uma estratégia discursiva que nega e silencia sobre a dimensão política e conseqüentemente, as disputas que envolvem tais organizações.

Dito isso, é importante ressaltar que essas instituições possuem autonomia para o planejamento, realização de suas atividades e aplicação de seus recursos. O que não é possível a partir do atual contexto é desconsiderar o aspecto político presente na lógica universitária e esse sim, irá determinar em que medida a finalidade da universidade pode promover desenvolvimento e justiça social em um país marcado há tanto tempo pela naturalização da desigualdade social.

6. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. Redução de verbas compromete universidades federais, dizem participantes de audiência. **Senado Notícias**, 01 jun. 2018. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/30/reducao-de-verbas-compromete-universidades-federais-dizem-participantes-de-audiencia>>. Acesso em 08 jul. 2019.

ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra, 2008. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/12122/1/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acesso em 11 jul. 2019.

ARAÚJO, J. C. S. O projeto de Humboldt (1767-1835) como fundamento da pedagogia universitária. **Aprender: Cad. de Filosofia e Psic. da Educação**, Vitória da Conquista, v. 12, p. 65-81, 2009.

ARAÚJO, O. H. A.; RODRIGUES, J. M. C. C. A formação contínua dos professores e as avaliações externas no contexto educacional brasileiro. **Imagens da Educação**, v. 8, n. 1, 2018.

BALL, S. J. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 42, p. 123-42, 2001.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 92, 2005.

BOJE, D. M.; ALVAREZ, R. C.; SCHOOLING, B. Reclaiming story in organization: narratologies and action sciences. In: WESTWOOD, R.; LINSTEAD, S. (Ed.). **The Language of Organization**. London: Sage, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Exposição de motivos da reforma universitária. **Documentos MEC**, Brasília, 29 jul. 2005.

CANARIO, R. Escola: crise ou mutação. In: PROST, A. et al. **Espaços de educação Tempos de Formação**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. p. 141-151.

CARRICO, J. S. A. Tapete vermelho para elefante branco: o embate entre as diferenças dos alunos na universidade. **E-cadernos ces**, n. 02, 2008.

CLARK, T.; SALAMAN, G. Telling tales: management consultancy as the art of story telling. In: GRANT, D.; OSWICK, C. (Ed.). **Metaphor and Organizations**. London: Sage, 1996. p. 166-184. 10.

CROSS, Di; THOMSON, S; SIBCLAIR, A. **Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics**. Clarivate Analytics, 2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2020.

FAUST, D. G. O papel da universidade em um mundo em mudança. Harvard University, 30 jun. 2010. Disponível em: <<https://www.harvard.edu/president/speech/2010/role-university-changing-world>>. Acesso em 09 de jul. 2018.

FOLEY, J. F. Focus Issue: Understanding Mechanisms of Inflammation. **Science Signaling**, vol. 06, 15 jan. 2013.

FÓRUM DE PRÓ- REITORES DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da extensão. IN: **Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Brasília: MEC/SESu, 2006.

FÓRUM DE PRÓ- REITORES DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004**. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2a ed. rev. 2007.

HERACLEOUS, L. T. Interpretativist approaches to organizational discourse. In: GRANT, D.; HARDY, C.; OSWICK, C.; PUTMAN, L. (Ed.). **The Handbook of Organizational Discourse**. London: SAGE, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Aplicada. PIB por unidade da Federação, 201-2015, **IBGE**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=destaques>>. Acesso em 15 jul. 2019.

ISKANDAR, J. I.; LEAL, M. R. Sobre positivismo e educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 3, n. 7, p. 89-94, 2002.

LIMA, R. A desvalorização do ensino ou os sintomas da primazia da pesquisa nas universidades. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 14, n. 167, p. 116-127, 2015.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 106, 2009.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Estudos Feministas**, p. 333-357, 2008.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertane Brasil, 1998.

MUGNATO, S. **Universidades federais: dificuldades enfrentadas com a falta de recursos - Bloco 1**. Câmara dos Deputados, 04 abr. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/555150-UNIVERSIDADES-FEDERAIS-DIFICULDADES-ENFRENTADAS-COM-A-FALTA-DE-RECURSOS-BLOCO-1.html>>. Acesso em 09 de jul. 2019.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.) **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

PEARCE II, J. A.; DAVID, F. Corporate mission statement: the bottom line. **The Academy of Management Executive**, n. 1, v. 2, p. 109-116, 1987.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher. **Textos Didáticos**, v. 48, p. 7-42, 2002.

RIBEIRO, D. **Universidade Para Quê?** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

RUF - RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. **Ranking Universitário Folha 2017**. Disponível em: <<https://ruf.folha.uol.com.br/2017/ranking-de-universidades/>>. Acesso em 20 jan. 2020.

SANTOS, B. S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, IV, 2004. Porto:

Universidade do Porto. **Anais...** Acervo Paulo Freire. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/3915>>. Acesso em 15 jan. 2020.

SÃO PAULO. Estatutos da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, **Governo do Estado de São Paulo**, abr. 2018. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/universidade>>. Acesso em 13 jul. 2019.

SCHARFE, H. **Manual de Estudos Orientais**. Leiden, Boston, Koln: Brill, 2002.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Missão da UFMG. Relatório Anual, **UFMG**, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proplan_site_antigo/relatorios_anuais/relatorio_anual_2004/missao_ufmg.htm>. Acesso em 13 jul. 2019.

TORGAL, L. R.; ÉSTHER, A. B. **Que universidade?** Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil. Juiz de Fora, EUDFJF; Coimbra: IU, 2014.

UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/avaliacaoinstitucional/cd-rom/missao_eo_plano.html>. Acesso em 15 jan. 2020.

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Estatuto e Regimento, **UFRGS**, 11 jan. 1995. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>>. Acesso em 13 jul. 2019.

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Missão. Proposta de Plano Quinquenal de Desenvolvimento Institucional da Reitoria da UFRJ, 2006, **UFRJ**. Disponível em: <<https://ufrj.br/missao>>. Acesso em 13 jul. 2019.

USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Estatuto da Universidade de São Paulo. Normas, 7 out. 1988, **USP**. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-3461-de-7-de-outubro-de-1988#t1>>. Acesso em 13 jul. 2019.

WANDERLEY, L. E.W. **O que é universidade**. Brasília: Brasiliense, 2017.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. [L] [SEP]

WODAK, R. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Ed.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: Sage, 2001.

Submetido em 29/01/2020
Aprovado em 05/07/2020